CELEO SÃO JOÃO DO PIAUÍ FV IV S.A.

CNPJ nº 30.425.445/0001-84

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Celeo São João do Piauí FV IV S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Celeo São João do Piauí FV IV S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 11 de abril de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Celeo Renováveis"), subsidiária integral da Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes"). **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Financiamento - Programa de Repactuação Emergencial do BNB -** Em virtude do cenário de pandemia em 2020, a Companhia foi enquadrada no Programa de Repactuação Emergencial do BNB que suspendeu o pagamento dos juros durante o exercício de 2020. A Companhia realizou apenas o pagamento dos juros de março de 2020. Em 2021 o programa foi encerrado e a Companhia voltou a realizar o pagamento dos juros no mês de março de 2021. **(b) Indenização sobre sinistro do parque fotovoltáico -** Em julho de 2020 ocorreu um incêndio nos transformadores de evacuação de energia das usinas no parque fotovoltaico, ocasionando a paralização temporária das atividades da Companhia. Após o incidente, a Companhia acionou a seguradora e em setembro de 2021, foi apurado a indenização total de R$ 43.080, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	Lucros cessantes	Danos materiais
Celeo São João do Piauí FVI S.A.	6.750	658
Celeo São João do Piauí FVII S.A.	6.752	658
Celeo São João do Piauí FVIII S.A.	6.769	658
Celeo São João do Piauí FVIV S.A.	6.069	658
Celeo São João do Piauí FVV S.A.	6.062	658
Celeo São João do Piauí FVVI S.A.	6.730	658
	39.132	**3.948**

4. Governança corporativa: As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.359	10.080
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	4.267	-
Contas a receber	10	8.943	1.844
Outros ativos		1.043	146
Total do ativo circulante		**19.612**	**12.070**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	2.050	1.621
Total do realizável a longo prazo		**2.050**	**1.621**
Imobilizado	11	120.742	123.827
Total do imobilizado + intangível		**120.742**	**123.827**
Total do ativo não circulante		**122.792**	**125.448**
Total do ativo		**142.404**	**137.518**
Fornecedores	12	11.474	17.000
Financiamento	13	1.021	348
Impostos e contribuições a recolher		1.136	570
Dividendos a pagar	16 (b)	632	-
Outros passivos		941	-
Total do passivo circulante		**15.204**	**17.918**
Financiamento	13	58.477	60.551
Contas a pagar com partes relacionadas	22 (b)	21.237	17.150
ICMS a recolher	14	2.315	2.315
Total do passivo não circulante		**82.029**	**80.016**
Total dos passivos		**97.233**	**97.934**
Capital social	16 (a)	43.143	43.143
Prejuízos acumulados	16 (b)	-	(3.559)
Reserva de lucros	16 (b)	2.028	-
Total do patrimônio líquido		**45.171**	**39.584**
Total do passivo e patrimônio líquido		**142.404**	**137.518**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	**22.442**	**10.979**
Serviço de terceiros		(74)	(19)
Indenização	1.2	658	-
Compra de energia	18	(1.284)	(6.708)
Tarifa de uso do sistema de transmissão	19	(1.809)	(1.350)
Depreciação	11	(4.066)	(2.907)
Outros		(816)	(249)
Custos operacionais		**(7.391)**	**(11.233)**
Lucro bruto		**15.051**	**(254)**
Serviços de terceiros		(294)	(115)
Outros		(7)	(23)
Despesas operacionais		**(301)**	**(138)**
Resultado antes das despesas financeiras		**14.750**	**(392)**
Receitas financeiras		301	98
Despesas financeiras		(8.034)	(2.627)
Despesas financeiras líquidas	20	**(7.733)**	**(2.529)**
Resultado antes dos impostos		**7.017**	**(2.921)**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(799)	(372)
Imposto de renda e contribuição social	21	**(799)**	**(372)**
Lucro (prejuizo) líquido do exercício		**6.218**	**(3.293)**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	6.218	(3.293)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**6.218**	**(3.293)**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2021	2020
Lucro/Prejuizo líquido do exercício		6.218	(3.293)
Ajustes para:			
- Depreciação	11	4.066	2.907
- Juros, correção monetária e custo de transação sobre financiamento		7.130	2.467
		17.414	**2.081**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(4.267)	15.007
- Contas a receber		(7.099)	(1.844)
- Outros ativos		(897)	(140)
- Fornecedores		(5.526)	10.680
- Impostos e contribuições a recolher		1.032	651
- Contas a pagar com partes relacionadas		4.087	-
- Outros passivos		942	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**5.686**	**26.435**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(466)	(173)
Financiamentos - pagamento de juros	13	(7.428)	(1.376)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		**(2.208)**	**24.886**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(429)	(98)
Imobilizado		(981)	(19.363)
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(1.410)**	**(19.461)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - captação	13	-	3.000
Custo de transação	13	(1.103)	-
Caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades de financiamento		**(1.103)**	**3.000**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(4.721)**	**8.425**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.080	1.655
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**5.359**	**10.080**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Prejuízo (lucro) acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**43.143**	**-**	**-**	**(266)**	**42.877**
Prejuizo do exercício		-	-	-	(3.293)	(3.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**43.143**	**-**	**-**	**(3.559)**	**39.584**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.218	6.218
Reserva legal	16 (b)	-	133	-	(133)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	(632)	(632)
Retenção de lucros	16 (b)	-	-	1.895	(1.895)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**43.143**	**133**	**1.895**	**-**	**45.171**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Celeo São João do Piauí FV IV S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 11 de abril de 2018 e está estabelecida na cidade Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Celeo Renováveis"), subsidiária integral da Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes"). **1.1 Outorga -** A Companhia saiu vencedora no Leilão nº 001/2018 e firmou o contrato de Outorga ("Contrato") com o Ministério de Minas e Energia em 18 de setembro de 2018. O contrato tem como objetivo a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica Etesa 17 São João do Piaui I. O empreendimento possui 29.976 kW de capacidade instalada e 8.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma unidades geradoras de 1.364 kW e uma unidade geradora de 1.332 kW. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se a comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica. O Contrato prevê a implementação do sistema de transmissão de interesse restrito da usina UFV Etesa 17 São João do Piauí I constituído de uma substação elevadora de 34,5/500 kV junto a Central Geradora, e uma linha em 500 kV com aproximadamente onze quilômetros de extensão, em circuito simples, interligado a subestação elevadora à subestação São João do Piauí. O Contrato foi assinado no dia 18 de setembro de 2018 e tem vigência de 35 anos. As obras foram concluídas em março de 2020 e a entrada em operação comercial aconteceu em abril de 2020. As demais empresas que fazem parte do paque fotovoltaico são: (a) Celeo São João do Piauí FV II S.A. (SJP II); (b) Celeo São João do Piauí FV III S.A. (SJP III); (c) Celeo São João do Piauí FV I S.A. (SJP I); (d) Celeo São João do Piauí FV V S.A. (SJP V); e (e) Celeo São João do Piauí FV VI S.A. (SJP VI). **1.2 Indenização do parque fotovoltaico -** Em julho de 2020 ocorreu um incêndio nos transformadores de evacuação de energia das usinas no parque fotovoltaico, ocasionando a paralização temporária das atividades da Companhia. Após o incidente, a Companhia acionou a seguradora e em setembro de 2021, foi apurado a indenização total de R$ 43.080, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	Lucros cessantes	Danos materiais
Celeo São João do Piauí FVI S.A.	6.750	658
Celeo São João do Piauí FVII S.A.	6.752	658
Celeo São João do Piauí FVIII S.A.	6.769	658
Celeo São João do Piauí FVIV S.A.	6.069	658
Celeo São João do Piauí FVV S.A.	6.062	658
Celeo São João do Piauí FVVI S.A.	6.730	658
	39.132	**3.948**

2 Base de preparação: Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2022. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia está apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Nota explicativa 11 - Imobilizado - (a.1) Depreciação -** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. **(a.2) Teste por redução ao valor recuperável -** Devido ao sinistro ocorrido no parque fotovoltaico, conforme nota explicativa 11, a Administração realizou o teste por redução ao valor recuperável. O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC. O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração incial -** O grupo de contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Caixa e Equivalentes de Caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **6.3 Imobilizado - (a) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. **(b) Custos subsequentes -** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(c) Depreciação -** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vida úteis estimadas do ativo imobilizado são: (a) central fotovoltaica - 30 anos; e (b) Instalações - que é composto por (b.1) terreno - não são depreciados; (b.2) edificações - 30 anos; (b.3) veículos - 7 anos; e (b.4) móveis e utensílios - 16 anos. **6.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.5 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.6 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.7 Provisão para perda de crédito esperada -** A provisões para perda de crédito esperada ("PCE"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização do contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui provisão para PCE. **6.8 Receita -** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela entrega de energia elétrica gerada a partir da fonte solar fotovoltaica. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos, descontos e das variáveis citadas. A Companhia opera atualmente no ambiente de contratação livre (ACL), onde a comercialização de energia ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Adicionalmente, a Companhia comercializa a produção excedente, quando ocorre, no ambiente de curto prazo da CCEE onde a energia é negociada pelo Preço de Liquidação da Diferenças (PLD). Os valores são reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a transação ocorre. **6.9 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) -** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021, se aplicável, serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **(b) Outras normas -** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (v) IFRS 17 Contratos de Seguros; (vi) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (vii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (viii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa		2021	2020
Conta corrente		134	71
Operações compromissadas	(a)	5.225	10.009
		5.359	**10.080**

(a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 56% do DI com vencimento em janeiro de 2022. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante -** A Companhia estruturou seus recursos por meio de CDB atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,20% do DI com vencimento em janeiro de 2022.

ii. Não circulante		2021	2020
CDB	(a)	380	-
Reserva BNB	(b)	1.670	1.620
		2.050	**1.620**

(a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de CDB atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,20% do DI com vencimento em janeiro de 2023. (b) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia precisa manter durante

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Continuação

CELEO SÃO JOÃO DO PIAUÍ FV IV S.A.

CNPJ nº 30.425.445/0001-84

todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes a 2,70% do saldo total do financiamento. Em 31 de dezembro de 2021 os recursos estão aplicados no fundo de investimento "BNB Conta Reserva FIC FI Renda Fixa Referenciado DI" do banco BNB. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2021 foi de 3,49% (1,32% em 31 de dezembro de 2020).

10 Contas a receber	**2021**	**2020**
A vencer	8.943	1.392
Acima de 3 meses	-	452
	8.943	**1.844**

A abertura do saldo da rubrica está detalhada abaixo.

	2021	**2020**
Energia comercializada em ambiente livre - ACL	1.693	1.339
Energia comercializada em ambiente de curto prazo - CCEE	1.181	505
Indenização	6.069	-
	8.943	**1.844**

11 Imobilizado		**Central Fotovoltaica**	**Instalações**	**Bens em construção**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2019		**-**	**-**	**88.847**	**88.847**
Adições		-	-	20.737	20.737
Transferência devido a entrada em operação		109.187	398	(109.584)	-
Transferência de parte relacionada	(a)	17.150	-	-	17.150
Depreciação		(2.907)	-	-	(2.907)
Em 31 de dezembro de 2020		**123.430**	**398**	**-**	**123.827**
Adições		-	-	-	-
Transferência de parte relacionada	(a)	4.087	-	-	4.087
Outros		(3.106)	-	-	(3.106)
Depreciação		(4.066)	-	-	(4.066)
Em 31 de dezembro de 2021		**120.345**	**398**	**-**	**120.742**

(a) Refere-se aos custos para a construção da linha de transmissão e da subestação coletora que a SJP III compartilha com as demais empresas do parque fotovoltaico. Veja nota explicativa 22(b). (b) Refere-se a conciliação de saldos de obra. O custo e a depreciação acumulada estão detalhadas abaixo.

	2021			**2020**
	Bruto	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Central fotovoltaica	127.317	(6.973)	120.345	123.430
Instalações	398	-	398	398
	127.715	**(6.973)**	**120.742**	**123.827**

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por impairment, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada outorga e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia.

12 Fornecedores		**2021**	**2020**
Materiais e serviços	(a)	1.958	6.629
Parte relacionada	(b)	9.516	10.371
		11.474	**17.000**

(a) Redução refere-se ao encerramento da construção do parque fotovoltaico. (b) Veja nota explicativa 22 (c).

13 Financiamento			
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019		**60.899**	**55.483**
Captação		-	3.000
Juros		7.808	3.841
Amortização - juros		(7.428)	(1.376)
Custo de transação		(1.934)	(82)
Amortização - custo de transação		153	33
Financiamento	(a)	61.280	61.722
Custo de transação	(b)	(1.781)	(823)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		**59.498**	**60.899**

(a) No dia 20 de dezembro de 2018 a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), destinado à construção do empreendimento fotovoltaico. O valor total do financiamento é de R$ 67.480. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o BNB havia desembolsado o montante total de R$ 59.055. Sobre a dívida incide a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) e Juros Básicos Fixos (JBF) à taxa de 2,5707% a.a.. Os juros remuneratórios são pagos trimestralmente entre dezembro de 2018 à julho de 2022 e mensalmente a partir de agosto de 2022, juntamente com as prestações do principal, até a data do vencimento em janeiro de 2039. Devido ao cenário de pandemia, em 2020 a Companhia foi enquadrada no Programa de Repactuação Emergencial do BNB que suspendeu o pagamento dos juros durante período de abril de 2020 a fevereiro de 2021, voltando a pagar juros a partir de março de 2021. A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo.

	2021	**2020**
Circulante	1.021	348
Não circulante	58.477	60.551
	59.498	**60.899**

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021
Em 2023	1.644
Em 2024	1.866
Em 2025	2.125
A partir de 2026	52.842
	58.477

O contrato de financiamento possui cláusulas (as principais estão citadas a seguir) de vencimento antecipado, exigindo o imediato pagamento da dívida, caso a Companhia: (a) Deixe de cumprir qualquer obrigação estabelecida no contrato e não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis para as obrigações pecuniárias ou 30 (trinta) dias corridos para as obrigações pecuniárias; (b) Sofra protesto de dívida líquida e certa, superior a R$ 5.000; (c) Uma vez efetivada sua entrada em operação comercial, suspender suas atividades por mais de 60 (sessenta) dias; (d) Venha a ser declarada impedido, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito; (e) Remova os bens financiados, bem como gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma em favor de terceiros os bens financiados ou os imóveis nos quais tenham sido incorporados, exceto para a constituição de garantias em favor dos bancos que irão emitir a Fiança Bancária; (f) Peça recuperação judicial, ou for decretada a sua falência; e (g) Altere o controle acionário sem prévia e expressa anuência do BNB. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas de vencimento antecipado. (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias, honorários de advogados e consultores financeiros para obtenção do financiamento. **14 ICMS a recolher:** No dia 7 de janeiro de 2019 a Companhia obteve do Governo do Estado do Piauí o credenciamento para operar no amparo do regime especial previsto no Decreto n° 13.500, de 23 de dezembro de 2008. O objeto desse decreto consite no diferimento do lançamento e do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido relativamente ao diferencial de alíquota incidente nas operações de aquisição interestadual e de importação do exterior de máquinas, equipamentos e materiais destinados à captação, geração e transmissão de energia solar ou eólica, para incorporação ao ativo imobilizado de estabelecimentos beneficiários. O ICMS será pago no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro. **15 Provisão e passivo contingente:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui processos com chances prováveis e possíveis de perda. **16 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 capital social integralizado é de R$ 43.143 dividido em 43.143.128 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo Renováveis. **(b) Reserva de lucros - iii. Reserva legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 o valor destinado foi de R$ 133. **iv. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2021 o valor destinado foi de R$ 1.895. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 o valor destinado foi de R$ 632.

17 Receita operacional líquida		**2021**	**2020**
Energia comercializada em ambiente livre - ACL		16.167	11.292
Energia comercializada em ambiente de curto prazo - CCEE		1.056	103
Indenização	(a)	6.069	-
Receita bruta		**23.292**	**11.395**
PIS		(151)	(74)
COFINS		(699)	(342)
Deduções da receita		**(850)**	**(416)**
		22.442	**10.979**

(a) O montante de R$ 6.069 é referente a indenização de lucros cessantes, conforme nota explicatia 1.2.

18 Compra de energia		**2021**	**2020**
Energia elétrica adquirida em ambiente de contratação livre - ACL	(a)	(1.277)	(6.141)
Energia elétrica adquirida por meio do preço de liquidação de diferença - PLD	(b)	(7)	(567)
		(1.284)	**(6.708)**

Devido ao sinistro ocorrido no parque fotovoltaico, a Companhia precisou adquirir energia para atender aos seus compromissos de venda de energia. Dito isto, a redução no saldo quando comparado ao exercício anterior deve-se a Companhia voltar a gerar energia. (a) Energia adquirida por meio de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos e mais vantajoso em relação ao contrado PLD. (b) Energia adquirida no ambiente de comercialização de curto prazo da CCEE, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. Neste ambiente o preço é divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente, com periodicidade máxima semanal e com base no custo marginal de operação, limitado por preços mínimo e máximo, vigente para cada período de apuração e para cada submercado, pelo qual é valorada a energia comercializada no mercado de curto prazo. **19 Tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST):** Refere-se ao custo da Companhia com a rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse custo é aplicável para as geradoras, distribuidoras, consumidores livres, importadores e exportadores de energia elétrica.

20 Despesas financeiras líquidas	**2021**	**2020**
Rendimento de aplicação financeira	301	95
Outras receitas	-	3
Receitas financeiras	**301**	**98**
Juros do financiamento	(7.808)	(2.467)
Outras despesas	(226)	(160)
Despesas financeiras	**(8.034)**	**(2.627)**
	(7.733)	**(2.529)**

21 Imposto de renda e contribuição social	**2021**		**2020**	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita de venda de energia	23.292	23.292	11.395	11.395
Percentual de presunção da receita de venda de energia	8%	12%	8%	12%
Receita financeira	301	301	98	98
Percentual de presunção da receita financeira	100%	100%	100%	100%
Base de cálculo	**2.165**	**3.096**	**1.010**	**1.466**
	(519)	**(280)**	**(240)**	**(132)**

22 Transações com partes relacionadas

(a) Compartilhamento das instalações

	2021	**2020**
SJP III	21.237	17.150
	21.237	**17.150**

Refere-se aos custos para a construção da linha de transmissão e da subestação coletora que a SJP III compartilha com as demais empresas do parque fotovoltaico. Durante os exercícios de 2021 e 2020 foram transferidos para o imobilizado R$ 4.087 R$ 17.150 respectivamente referente aos bens de uso comum.Veja nota explicativa 11 (a).

(b) Transações comerciais

Contas a receber		**2021**	**2020**
SJP III	(i)	892	113
		892	**113**

Contas a pagar		**2021**	**2020**
Elecnor do Brasil Ltda.	(ii)	8.939	8.939
Celeo Redes	(iii)	577	577
Celeo Redes - AFAC	(iv)	-	855
		9.516	**10.371**

i. Refere-se a despesas que a SJP IV pagou para SJP III. ii. Refere-se ao saldo a pagar com a Elecnor do Brasil Ltda. (Elecnor). A Elecnor é a responsável pela construção do parque fotovoltaico. Conforme nota explicativa 1, devido ao sinistro ocorrido, os pagamentos estão suspensos. iii. Refere-se a despesas pagas pela Celeo Redes. iv. Refere-se ao AFAC realizado pela Celeo Redes quando era controladora da Companhia. **(c) Remuneração da administração -** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo. **23 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	**(i)**	**(ii)**	**(iii)**
Aplicação financeira	Redução do CDI	(928)	(696)	(464)
Financiamento	Aumento do IPCA	3.411	2.558	1.705

* fonte: série de estatísticas consolidadas publicadas em 31 de dezembro de 2021 no *site* do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,75% e 5,73%) foi considerada da "Mediana - TOP 5" médio prazo para o ano de 2022. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível 2 e não houve transferências de níveis no exercício. **24 Coronavírus (COVID-19): (a) Contexto geral -** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID- 19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. **(b) Impactos nas demonstrações financeiras -** Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia. **25 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia possui cobertura de seguros de danos materiais e lucros cessantes no valor limite combinado de R$ 150.000 e 100.000, respectivamente. **26 Eventos subsequentes: (a) Recebimento de indenização -** A indenização do seguro referente ao incidente descrito na nota explicativa 1.2, foi recebida em 24 de fevereiro de 2022 no montante de R$ 6.069 e R$ 658. **(b) Liberação de subcredito -** Em 11 de março de 2022 o BNB liberou R$ 8.425 referente ao saldo remanescete de financiamento, conforme nota explicativa 13 (a).

Francisco Antolin Chica Padilla
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da Celeo São João do Piauí FV IV S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Celeo São João do Piauí FV IV S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celeo São João do Piauí FV IV S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

ICP Brasil

MONITOR MERCANTIL
SA:27897172000166
2022.03.31 21:15:43 -03'00'

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br